



# CAUSA REAL

UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

## ASSIM NASCEU A CAUSA REAL

Perfazem-se, em 18 de Dezembro de 2013, vinte anos da fundação da Causa Real. Foi nesse dia, em 1993, que diversos dirigentes de várias Reais Associações assinaram, como fundadores, a escritura pública que oficializava, perante o Estado português, a constituição da Causa Real – Federação das Reais Associações. Nesse mesmo dia iniciou-se o I Congresso, em Viana do Castelo.

**1. A Causa Monárquica.** A Causa Monárquica, organização política de apoio a El-Rei Dom Manuel II, criada em 1911, com Estatutos escritos pelo próprio soberano, dependente do Lugar- Tenente do Rei, que nomeava os seus dirigentes nacionais, continuou a ser o órgão político de Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte Nuno, Duque de Bragança, aclamado sucessor do último rei reinante em 1932. Manteve-se durante o Estado Novo em consonância com a política do Governo (que incorporara na sua doutrina alguns princípios do pensamento monárquico maioritário), o que veio a conduzir a movimentos de contestação, levando à criação do Movimento Popular Monárquico, em 1957, à Renovação Portuguesa, em 1962, à fundação da Liga Popular Monárquica em 1964 e à acção levada a efeito pela Comissão da Juventude da própria organização, em 1965, contra a integração de monárquicos indicados pela Causa nas listas da União Nacional, aquando das eleições para a Assembleia Nacional, que culminou na demissão das suas estruturas em todo o País. Os dirigentes da Causa Monárquica eram, na sua maioria, muitos dos proeminentes monárquicos apoiantes do regime, embora no final da década de sessenta e nos primeiros anos da de setenta se notasse já algum afastamento.

Com o fim da II República, em 25 de Abril de 1974, deixou de ter aceitação e acção eficaz, mesmo tendo sido substituídos os seus dirigentes por monárquicos sem conotação com o regime caído, e porque o seu modelo não correspondia ao pensamento de Sua Alteza Real Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, que sucedera a Seu pai, falecido em 24 de Dezembro de 1976, pela sua Ordem Régia nº 2/8, determinou que a Causa Monárquica deveria dar lugar a uma organização independente do Chefe da Casa Real.

Em 23 de Maio de 1974 foi criado o Partido Popular Monárquico, a partir da Convergência Monárquica, que integrava o Movimento Popular Monárquico, de Gonçalo Ribeiro Teles, a Renovação Portuguesa, de Henrique Barrilaro Ruas, uma facção da Liga Popular Monárquica, de João Carlos Vaz Serra de Moura e a Juventude Monárquica Portuguesa, visando dar visibilidade aos monárquicos e demonstrar que a defesa da Monarquia não era incompatível com a democracia nascente. Mas uma grande parte dos monárquicos não aceitou bem a existência de um partido político que se designava monárquico e não aderiu ao PPM. Muitos monárquicos já tinham aderido a outros partidos, de acordo com as suas preferências ideológicas.



# CAUSA REAL

UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

Em resposta à citada Ordem Régia, um grupo de monárquicos, entre os quais o Eng.º Marco António Monteiro de Oliveira, o Dr. António Pedro Sameiro e João Luís Mariz Sarmiento Macieira, em 8 de Novembro de 1979, outorgou a escritura pública de constituição de uma associação política com o nome de Causa Monárquica, mas com uma orientação política diferente, visando integrar todos os monárquicos.

Consciente da dispersão dos monárquicos pelos partidos e da circunstância de muitos não terem querido a eles aderir, certo da necessidade de descentralização geográfica da acção, formação e informação e de que o insistente apelo à sua intervenção como chefe político contrariava o seu entendimento das funções que cabem ao Chefe da Casa Real, Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte, em 1 de Julho de 1991, dirigiu uma “Mensagem aos Monárquicos Portugueses” em que afirma: “Não ignoro que alguns gostariam que o Chefe da Casa Real se assumisse também como chefe de grupo – como chefe de partido ou de movimento – que, como tal encabeçasse o combate pela viabilização política do Sistema Monárquico... Ora, em meu entender, o Chefe da Casa Real não deve assumir a direcção de qualquer grupo – por maior que ele seja – nem para tal mandar alguém.”. Apela, então, à organização dos monárquicos em Reais Associações de âmbito distrital, “espaços de pluralismo político onde cabem, podem e devem trabalhar, em conjunto, monárquicos de todas as correntes ideológicas e políticas, de todos os grupos culturais e políticos, em ordem à definição e à execução de objectivos e estratégias comuns”.

Começaram então a ser criadas, em vários distritos, reais associações, em resposta a este apelo do Senhor Dom Duarte.

Num jantar organizado em Ponte de Lima pela Causa Monárquica, de homenagem a monárquicos “que se evidenciam na defesa e divulgação dos valores consubstanciados no lema da Causa Monárquica, Deus, Pátria e Rei”, a quem foi atribuída a Cruz de Mérito da associação, foi lida uma mensagem de Sua Alteza o Senhor Dom Duarte em que afirmou: “Estou certo de que o acto de hoje reflecte o compromisso assumido pela actual Direcção de prover a transformação da Causa numa Federação de Reais Associações”.

Em 7 de Janeiro de 1992, a Causa Monárquica realizou uma Assembleia-Geral, que analisou eventuais alterações das estruturas da associação, tendo sido lida uma mensagem de Sua Alteza Real o Duque de Bragança em que diz: “Espero que elaboreis e aproveis, muito em breve, o novo Estatuto da Causa Monárquica”, recomendando que envolvessem as Reais Associações, “empenhadas como estão no mesmo projecto unitário e pluralista”.



# CAUSA REAL

UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

## **2. As Reais Associações**

Em 1993, a direcção da Causa Monárquica, presidida pelo Eng.º Fernando Costa Quintais, pediu a convocação de uma Assembleia-Geral, que teve lugar em 30 de Julho. Presente antes do início da Ordem de Trabalhos, o Senhor Dom Duarte sugeriu que a Causa Monárquica se transformasse numa federação das Reais Associações. Durante os trabalhos, com um debate muito aceso, foram revistos e aprovados os Estatutos, que transformaram a associação em Federação da Reais Associações, tendo sido convocado um Congresso para Dezembro e sido nomeado o seu sócio João Mattos e Silva, também Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Real Associação de Lisboa, presidente da sua Comissão Organizadora.

Começou então uma luta contra o tempo, para se conseguir o importante acordo de todas as associações sobre os Estatutos, objectivos e sobre a manutenção ou não da designação da Federação. Após uma reunião com todas as associações, realizou-se em 27 de Novembro, em Évora, uma reunião em que participaram várias Reais Associações, que entretanto se haviam filiado na Causa Monárquica, nomeadamente as de Lisboa, Algarve, Beja, Viana do Castelo, Leiria, Évora, Portalegre, e Escalabitana para a Defesa da Coroa (Santarém). Nessa reunião foi aprovada a proposta de Estatutos a apresentar ao Congresso, com algumas alterações relativamente às aprovadas na Assembleia-Geral da Causa Monárquica, fixada a data e local do Congresso da Federação, a Ordem de Trabalhos e a estratégia para integrar o maior número de Reais Associações já constituídas, algumas das quais divergiam quanto à designação da organização e quanto a aspectos estatutários, designadamente as do Porto, Braga, Aveiro, Coimbra e Viseu. O Presidente da Comissão Organizadora foi encarregado de, com plenos poderes, tentar resolver a situação até ao Congresso marcado para 18 de Dezembro, em Viana do Castelo. Quando este se iniciou, as principais questões pendentes estavam resolvidas por consenso.

## **3. O I Congresso da Federação das Reais Associações - Causa Real**

O Congresso da Causa Monárquica – Federação das Reais Associações iniciou-se em 18 de Dezembro de 1993, no Convento de Santo António, em Viana do Castelo. Estiveram presentes as Reais Associações do Algarve, Aveiro, Beja, Braga, Évora, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Viana do Castelo, Viseu e Escalabitana para a Defesa da Coroa.

Sua Alteza Real o Senhor Dom Duarte dirigiu aos congressistas uma Mensagem, em que fazendo "votos de bom e proficuo trabalho", referiu que "só com uma unidade respeitadora das diferenças e uma organização fortalecida por uma ampla representatividade conseguirão os monárquicos tornar a sua voz influente na vida política portuguesa. Estou certo de que o mesmo respeito pelas potencialidades e pelas diferenças que defendeis, como cimento do projecto unitário, presidirá às escolhas e aos debates, que hoje e amanhã, ireis realizar".



# CAUSA REAL

UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.

Foram apresentadas, discutidas e votadas moções de estratégia da autoria de João Mattos e Silva, em nome individual, da Real Associação de Viana do Castelo e da Real Associação do Porto. Foram todas aprovadas, considerando-se complementares.

O Congresso decidira, entretanto, criar, como nova organização federadora das Reais Associações, a Causa Real, permanecendo a Causa Monárquica como associação autónoma, tendo como objecto a formação política dos seus associados. Assim, nesse mesmo dia 18 de Dezembro, no Cartório Notarial de Ponte de Lima, realizou-se a escritura pública constitutiva da Causa Real - Federação das Reais Associações.

Foram igualmente aprovados os Estatutos da Causa Real, com ligeiras alterações propostas pelos congressistas, visando a melhoria do documento.

No dia 19 de Dezembro, segundo dia dos trabalhos, foram eleitos os Órgãos Sociais da nova organização e dos da Causa Monárquica, que quase se sobrepuseram.

A Mesa do Congresso da Causa foi integrada por Hélder Macedo Sampaio, Presidente (R.A. do Porto); Maria Teresa de Bragança van Uden Chaves, Vice-Presidente (R.A. de Beja), Fábio Reis Fernandes, Secretário (R.A. de Aveiro) e Jorge Pereira de Sampaio, Vogal (R.A. de Leiria)

A Direcção foi presidida por João Mattos e Silva (R.A. de Lisboa) e contava com Paula Leite Marinho, Secretária (R.A. de Viana do Castelo), Miguel Cabral de Moncada, Tesoureiro (R.A. de Lisboa), Tomás de Araújo Moreira (R.A. do Porto) e Pedro Villas Boas Tavares (R.A. de Braga) e ainda com António Luís Craveiro Lopes Lobão (R.A. de Beja) e Fernando Sampaio Maia (R.A. de Viseu), suplentes.

O Conselho Fiscal foi constituído por José Adolfo Costa Azevedo, Presidente (R.A. de Viana do Castelo), D. Luís Vaz de Almada (R.A. Escalabitana para a Defesa da Coroa) e Plínio Casimiro Serrote (R.A. de Portalegre).

Ficaram, assim, lançadas as bases para a organização que federou o movimento das Reais Associações, lhes deu maior projecção política e fomentou sinergias e participação colectiva no movimento monárquico e que, evoluindo de acordo com as necessidades estratégicas do movimento monárquico, é hoje a Causa Real, a única organização política monárquica reconhecida pelo Chefe da Casa Real.

Fontes: "O Livro do Mérito" da Causa Monárquica, "Dom Duarte e a Democracia" e arquivo pessoal do autor.

João Mattos e Silva *in* Correio Real nº 9